

SOCIEDADE ANÔNIMA DE ELETRIFICAÇÃO DA PARAÍBA
SAELPA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2005
OBJETO DE PUBLICAÇÃO

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório de nossas atividades em 2005, acompanhado das demonstrações financeiras correspondentes.

1. Considerações gerais

Ao completar cinco anos de sua privatização, a Saelpa mantém-se fiel ao compromisso de contribuir para o desenvolvimento econômico, social e cultural da Paraíba. Imbuídos desse propósito, a administração e colaboradores da empresa não têm medido esforços, ao longo desses anos, para incrementar a qualidade da distribuição de energia; aprimorar o atendimento aos consumidores paraibanos, cujo bem-estar e satisfação são prioridade permanente; capacitar seu quadro de pessoal e atuar decisivamente na implementação e consolidação de uma política de responsabilidade social profícua e consistente em sua área de concessão.

Este esforço não tem sido em vão e tem certamente merecido devida atenção e reconhecimento nos meios empresariais e culturais. Tanto é que a empresa foi agraciada com o **Prêmio Abraconee de Melhor Divulgação de Informações Contábeis** – conferido pela Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica – e recebeu do Governo do Estado o **Diploma de Responsabilidade Cultural**, bem como o **Selo de Responsabilidade Cultural**, por sua destacada atuação na área cultural.

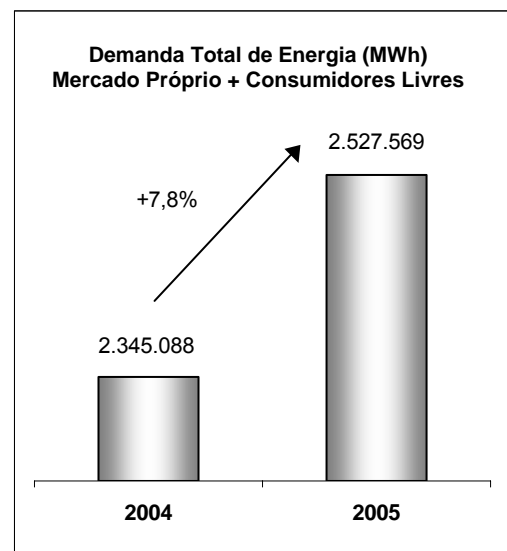
2. Mercado de energia elétrica

Em 2005, as vendas de energia (2.226.633 MWh) no mercado próprio da Saelpa ficaram 2,9% abaixo do total obtido em 2004, resultado este determinado pela perda de cinco consumidores industriais, que optaram por ingressar no mercado de energia livre.

Assim como ocorreu em 2004, o segmento rural destacou-se ao atingir taxa de crescimento de 33,3%, reflexo, inclusive, das ações voltadas para o cumprimento do Programa de Universalização dos Serviços de Energia Elétrica.

Destaque positivo também para a classe comercial, que encerrou o ano com um resultado 8,1% superior ao obtido em 2004. Já o segmento residencial apresentou desempenho mais discreto, registrando expansão de 4,3% em relação ao resultado verificado no exercício anterior.

Tendo em vista a migração de consumidores para o mercado livre, o mercado industrial sofreu redução de 28,4%. No balanço energético da Saelpa, entretanto, considerando-se a demanda de energia (300.936 MWh) no mercado pelos referidos consumidores livres, o consumo industrial de energia na área de concessão da empresa passa a refletir significativo aumento de 8,2%, e o consumo total, um incremento de 7,8%. Cabe ressaltar que a Saelpa passou a



faturar desses consumidores os encargos de uso do sistema de distribuição, o que torna pouco relevantes os impactos financeiros decorrentes da referida perda de consumidores.

Ao final do exercício, a empresa passou a contabilizar 884.831 consumidores faturados – ou seja, 2,4% acima do número registrado no exercício anterior.

3. Investimentos

Os investimentos realizados em 2005 totalizaram R\$75.034 mil e foram principalmente aplicados nas áreas de distribuição, transportes e na finalização da implantação do Sistema de Gerenciamento da Distribuição (SGD) de energia elétrica.

A. Distribuição

A parte mais expressiva do total de recursos aplicados – R\$65.768 mil (ou seja, 88%) – foi alocada na área de distribuição, assim corroborando o compromisso da Saelpa de otimizar as condições técnicas e operacionais de seu sistema elétrico, visando, em última análise, a plena satisfação dos consumidores. Dentre as principais realizações da área no exercício, cabe destacar:

- entrada em operação da linha de transmissão em 69 kV Coremas / São Gonçalo, com 48,0 km de extensão. Além de beneficiar toda a área do Alto Sertão da Paraíba e uma população estimada em 200 mil habitantes, a obra contribuiu para redução de perdas técnicas da ordem de 20.272 MWh / ano.
- conclusão da construção da Subestação Bananeiras (69/13,8 kV). Localizada no Brejo paraibano e totalmente automatizada, esta SE beneficia seis municípios da região, e sua energização gerou significativa redução de perdas técnicas – equivalente a 1.540 MWh / ano – além de contribuir para garantir as condições necessárias ao suprimento da demanda crescente do mercado de energia na referida área.
- realização da obra para reforçar e ampliar o sistema de média tensão que atende o Litoral Sul do Estado, notadamente os municípios de Alhandra, Pitimbú e Caaporã, cuja população passou a dispor de energia de melhor qualidade.

Outras obras de melhoria na rede de distribuição também merecem registro:

- correção de trechos de nove linhas de distribuição de alta tensão (69 kV), com elevação da altura dos cabos em relação ao solo, para maior segurança;
- reforma das linhas de transmissão Jericó / Catolé do Rocha e Santa Rita / Sapé, de 69kV;
- conclusão do processo de automação de 10 subestações, elevando para 47 (89% do total) o número de SE's automatizadas. Em 2006, o programa de automação das subestações será concluído;
- ampliação e reforma em seis subestações;
- instalação de 7.618 novos transformadores e 204.412 postes no sistema de distribuição;
- construção de cerca de 10.344 km de redes urbanas e rurais – parte das quais referentes à implantação do Programa Luz para Todos, realizado em parceria com os governos federal e estadual.

Findo o exercício, a rede de distribuição da Saelpa apresentava a seguinte configuração: 2.411 km de linhas urbanas; 27.242 km de linhas rurais; 6.406 km de rede urbana; e 17.664 km de rede rural.

Em que pesem os expressivos investimentos e melhorias efetuadas no sistema elétrico da empresa acima listados, os indicadores de qualidade do fornecimento de energia, em 2005, apresentaram elevação, em relação a 2004: o DEC anual foi equivalente a 47,28 horas, enquanto o FEC atingiu 18,83 vezes.

B. Transportes

A área de transportes recebeu investimentos da ordem de R\$ 2,3 milhões, destinados à aquisição de 54 novos veículos. Tal aquisição – a qual representou renovação de 12,8% da frota – contribuirá não apenas para a redução dos custos de manutenção, como também para tornar mais rápido o atendimento aos consumidores.

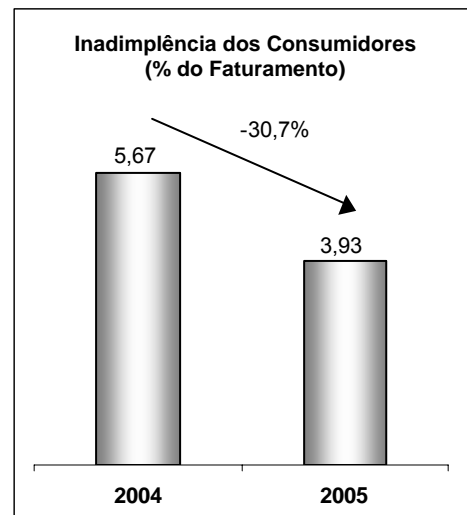
C. Sistema de Gerenciamento da Distribuição (SGD)

Com aporte superior a R\$8,0 milhões, investidos no cadastro do sistema elétrico e na aquisição de sistemas computacionais, foi concluída, em 2005, a implantação do SGD – Sistema de Gerenciamento da Distribuição na Saelpa. Cabe salientar que, no processo de revisão tarifária da empresa, ocorrida em agosto deste ano, o referido sistema já foi utilizado na apuração dos ativos, e, integrado às áreas comercial e de distribuição, se constitui em importante ferramenta para planejamento, projeto, manutenção e operação, sendo fundamental para o aprimoramento dos processos das áreas de distribuição e comercial.

4. Desempenho comercial

A. Pendente e inadimplência

Em 2005, a Saelpa obteve resultados significativos na área de recebimentos: em relação ao exercício anterior, verificou-se redução de 10,5% do pendente (total de créditos junto a clientes) e de 30,7% da inadimplência (valores não pagos pelos clientes nos últimos 12 meses), com destaque para a redução da inadimplência nas classes residencial (17,5%), industrial (7,7%) e comercial (7,4%). Ao final do exercício, o índice de inadimplência dos consumidores da Saelpa situou-se em 3,9%. Para obtenção de tais resultados, a empresa empreendeu várias ações, dentre as quais merecem destaque:



- *Campanha Boa Conta* – realizada entre agosto e dezembro/05 –, que premiou consumidores das classes residencial e rural, com contas pagas até a data do vencimento, e contribuiu para elevar a adimplência das referidas classes em 11,1% e 6,9%, respectivamente;
- cobrança de débitos antigos, realizada por empresas terceirizadas junto a unidades consumidoras desligadas, que redundou na recuperação de aproximadamente R\$10,2 milhões;
- acordo firmado entre a Saelpa e os governos estadual e municipal, mediante assinatura de convênios para compensação recíproca de débitos e autorização de livre disposição, por parte dos municípios, de receitas decorrentes de repasses constitucionais do estado. O acordo em questão viabilizou renegociações com 208 municípios, equivalentes a R\$82,1 milhões – dos quais, R\$ 14,2 milhões à vista –, mediante utilização de créditos que os municípios detinham do Fundo de Participação de Municípios (FPM). Tais negociações acarretaram significativa melhoria nos resultados da empresa, possibilitando reverter provisões para devedores duvidosos no montante de R\$ 17,3 milhões e reduzir o endividamento da Saelpa em cerca de R\$ 68 milhões.

B. Perdas

Desempenho positivo foi também registrado em relação ao combate às perdas, que contabilizou recuperação de energia da ordem de 12.914 MWh, além de 133.088 MWh de energia agregada. Contribuíram para tais resultados:

- inspeção em 40.526 unidades consumidoras dos grupos A e B;
- instalação de 4.708 padrões de medição externos, contemplando os principais segmentos de clientes;
- e regularização de 4.037 ligações clandestinas, nas áreas urbana e rural.

Além da utilização dos procedimentos acima, a empresa lançou mão de outras estratégias, tais como: novas técnicas de identificação e localização de fraudes, priorizando clientes com probabilidade de melhor retorno; e programas computacionais de alta eficiência na obtenção de melhores resultados e redução de custos, a exemplo do *Revenue Intelligence (RI)*, desenvolvido especificamente para esse fim. No cômputo geral, o índice de perdas registrado na Saelpa em 2005 foi de 21,3%.

C. Atendimento

Na área de atendimento ao cliente, a Saelpa, de conformidade com suas diretrizes estratégicas e tendo em vista incrementar sua prestação de serviços, implantou, em 2005, moderno sistema integrado de atendimento telefônico – o SIATT –, mais eficiente e confiável. Criado para padronizar procedimentos, este sistema unificado disponibiliza *menu* dos serviços que podem ser solicitados à Central de Soluções, além de roteiros para orientar e, sobretudo, agilizar o atendimento aos clientes.

5. Recursos Humanos

Dando continuidade à política de capacitação de seu quadro funcional, a Saelpa computou, ao final de 2005, o total de 72.632 homens-hora treinados, correspondentes a 47,44 horas de treinamento por cada empregado.

Ao longo do exercício, deu-se prosseguimento ao *Programa de Desenvolvimento Gerencial (MBA)* – coordenado pela Fundação Getúlio Vargas– e ao *Programa de Desenvolvimento de Lideranças (PDL)*, destinado a supervisores e demais funcionários que exercem funções de liderança na empresa.

Ainda em 2005, foram distribuídos, entre os colaboradores da empresa, os valores correspondentes à sua Participação nos Lucros ou Resultados, referentes ao exercício de 2004 e resultantes de gestão participativa dos empregados e da empresa, de conformidade com as metas e os resultados estratégicos alcançados.

Além disso, em sintonia com sua política de recursos humanos, a empresa implantou – em caráter excepcional e por prazo determinado – um programa de preparação para a aposentadoria, tendo em vista atender o anseio daqueles que estiveram programando suas aposentadorias e tinham interesse em se desligar espontaneamente da empresa.

Na área de segurança, deu-se continuidade às ações do *Projeto Segurança Máxima*, com destaque para as campanhas de orientação à população quanto ao uso seguro da eletricidade.

No mesmo exercício, a Saelpa implantou os procedimentos do *Manual de Gestão da Prevenção de Acidentes do Trabalho* e deu continuidade na elaboração dos *Procedimentos de*

Operação (PRO) e de Execução (PRE) em serviços elétricos, iniciada em 2004. Foram também implantados os procedimentos homologados pelo Comitê Central de Segurança do Sistema Cataguazes-Leopoldina e, subseqüentemente, treinados tanto os colaboradores da própria empresa quanto os terceirizados.

O Coeficiente de Segurança do Trabalho (CST), indicador utilizado pelo SCL para a área de segurança, foi de 38,73. Esse índice reflete de forma ponderada as taxas de gravidade e frequência dos acidentes. O valor alcançado, embora superior à meta para 2005 (26,60), é considerado bastante satisfatório.

A partir deste ano, a empresa passou a acompanhar o Índice Amplo de Segurança (IAS), que evidencia a relação entre frequência e gravidade de acidentes com contratados e com o público. Em dezembro de 2005, o IAS acumulado na Saelpa foi equivalente a 1.779,18, número elevado e que indica o acerto da decisão da Saelpa em executar programas de educação para a população, relacionados ao uso seguro da energia, como o desenvolvido em seu Espaço Energia, em João Pessoa.

6. Reestruturação das áreas comercial e de distribuição

Em 2005, importante reestruturação organizacional foi promovida na empresa, com vistas a agilizar a execução dos processos e melhor aproveitar a sinergia existente entre as áreas comercial e de distribuição. Dentre as alterações empreendidas, merecem destaque:

- a transferência, para a Diretoria Comercial, de todas as atividades relacionadas à área de distribuição, anteriormente sob a responsabilidade da Diretoria Técnica. A partir desta modificação, deu-se início ao treinamento de todos os eletricitas e técnicos das áreas comercial e de distribuição, a fim de capacitá-los para executar, indistinta e mais eficientemente, atividades relacionadas às duas áreas e imprimir maior sinergia entre as equipes. A mudança também contribuirá para redução significativa não apenas do tempo de atendimento aos clientes, mas também dos indicadores de qualidade (DEC, DIC, DMIC);
- incorporação, pela Diretoria Técnica, da responsabilidade pela execução do *Programa Luz para Todos*, propiciando maior sinergia com as atividades de construção, executadas por esta diretoria.
- criação do Departamento de Planejamento da Distribuição – a que também cabe o controle e gerenciamento do Sistema de Gestão da Distribuição (SGD) – e da Superintendência de Serviços aos Clientes, à qual ficaram subordinados os três departamentos de serviços comerciais (DESCs) e o Departamento de Operação da Distribuição.

7. Programa Luz para Todos

O *Programa Luz para Todos* – importante instrumento criado pelo Governo Federal para estender o benefício da energia elétrica a domicílios localizados no meio rural – possibilitou, em 2005, a ligação de 11.259 novos domicílios, localizados na área rural de concessão da Saelpa. Adicionalmente, a empresa promoveu a ligação de 1.725 domicílios não enquadrados no contrato de financiamento firmado com o Governo Federal, por intermédio da Eletrobrás, elevando para 12.984 o total de domicílios ligados, ou seja, 29% da meta global do programa (44.100 domicílios até dezembro de 2008).

Vale salientar que, do total de recursos necessários à realização do programa: 15% são oriundos da própria distribuidora; 10% provêm da Reserva Global de Reversão (RGR) e são repassados à Saelpa na forma de financiamento; 55% correspondem a subsídios do Governo Federal; e 20% são subsídios do Governo Estadual, integralizados mediante a execução direta de obras por parte do Estado da Paraíba.

Juntos, os recursos alocados no programa pelo Governo Federal e pela Saelpa superaram R\$24 milhões, estando prevista para 2006 a ligação de 14.296 novos domicílios.

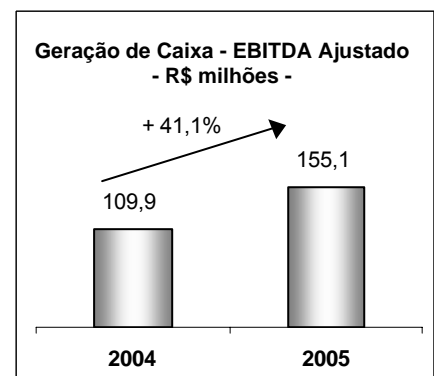
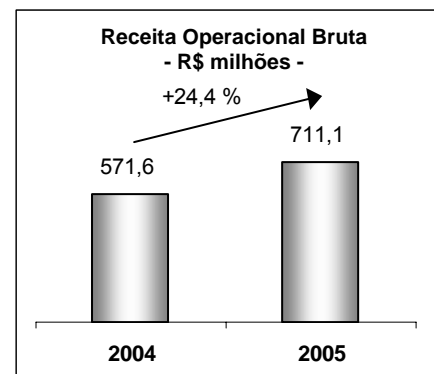
8. Resultados econômico-financeiros

A receita operacional bruta de fornecimento e serviços de energia elétrica da Saelpa totalizou R\$711.072 mil em 2005, representado um aumento de 24,4% em relação a 2004.

Com as reversões de provisões para devedores duvidosos e contingências, que montaram a R\$30.760 mil no exercício, as despesas operacionais revelam um decréscimo de 4,9%. Essas despesas atingiram R\$347.776 mil em 2005. Conseqüentemente, o resultado dos serviços de energia elétrica cresceu de R\$54.672 mil, em 2004, para R\$144.776 mil, em 2005.

Por sua vez, a geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA ajustado, foi de R\$155.074 mil, o que representa um aumento de 41,1% comparativamente com a de 2004. O lucro líquido foi de R\$72.058 mil, superior em 245,0% ao registrado em 2004, de R\$20.886 mil.

Com isso, o patrimônio líquido da Saelpa totalizou R\$255.469 mil em 31 de dezembro de 2005, ou seja, R\$0,35 por ação do seu capital social.



9. Remuneração aos acionistas

Com base nos resultados do exercício, a Administração proporá à Assembléia Geral a distribuição de dividendos no montante de R\$16.406 mil, à razão de R\$0,022010591 por ação ordinária e de R\$0,0248085 por ação preferencial classe "A" ou "B".

10. Responsabilidade social e cultural

Implantada desde a privatização, a política de responsabilidade social e cultural desenvolvida pela empresa continua a repercutir favoravelmente em todo o estado e a consolidar o comprometimento da Saelpa não apenas com a qualidade de sua prestação de serviços, mas também com o desenvolvimento e a democratização da cultura na Paraíba.

Dentre as inúmeras ações desenvolvidas pela empresa nessa área, merece especial destaque a ampliação da Usina Cultural Saelpa, com a incorporação de novo equipamento: o Espaço Energia Saelpa. Resultado de investimentos da ordem de R\$1 milhão e considerado pela

Eletróbrás “o primeiro centro de referência sobre eletricidade da América Latina”, o espaço, inaugurado em 16 de junho, foi aberto à visitação em 6 de julho de 2005.

Trata-se de um centro educacional interativo, composto por módulos conceituais, que ilustram, por meio de vários recursos, a evolução da energia elétrica, seus benefícios e a importância de sua utilização racional e eficiente. Destinado ao público em geral, particularmente, alunos e professores dos Ensinos Fundamental, Médio e Superior, o espaço já se transformou em atração turística, tendo sido visitado, até dezembro de 2005, por um público recorde de aproximadamente 11 mil pessoas.

Além das várias mostras de artes visuais realizadas na galeria de arte, e dos lançamentos de livros, espetáculos musicais e saraus de poesia, no Parahyba Café, a Usina Cultural Saelpa – atualmente incluída dentre os mais representativos equipamentos culturais do Estado – expandiu o *Projeto Café com Pão, Arte conFusão – Núcleo João Pessoa, Pb*: a incorporação de uma turma adicional da Oficina de Música elevou para 200 o número de crianças e adolescentes de baixa renda anualmente atendidos no âmbito do referido projeto.

Fora da Usina Cultural, a Saelpa também se fez presente no cenário socio-cultural paraibano, patrocinando ou apoiando várias iniciativas, em parceria com os poderes públicos ou entidades e instituições não governamentais. Dentre tais realizações merecem destaque:

- projetos culturais: destaque para o expressivo patrocínio de 11 dos projetos selecionados pelo Fundo de Incentivo à Cultura Augusto dos Anjos (em parceria com o Governo do Estado); *Rede Nacional de Artes Visuais* (parceria com a Funarte/MINC) etc;
- eventos de cultura popular: *Muriçocas do Miramar* (maior evento popular realizado em João Pessoa, que anualmente reúne entre 400 e 500 mil pessoas); *Carnaval Tradição* (em parceria com a Prefeitura de João Pessoa); *São João em Bananeiras, Festa da Carne de Sol de Picuí, Natal de Luz* (em parceria com as Prefeituras Municipais de Bananeiras, Picuí e Bayeux) etc.;
- eventos esportivos: *1ª Regata Fernando de Noronha-João Pessoa* (em parceria com a PBTUR / Governo do Estado);
- iniciativas de interesse público – *Projeto Praia Limpa, Reurbanização do Mercado de Peixe de Tambaú* (em parceria com a Prefeitura de João Pessoa); *Projeto Vem Viver a Paraíba* (em parceria com a PBTUR / Governo do Estado) etc.
- apoio a pessoas e entidades não governamentais: Kaio Márcio, nadador olímpico paraibano; Hospital Napoleão Laureano (destinado a portadores de câncer); Hospital de Olhos Lions Clube etc.

É importante ressaltar, em suma, que, diante da contribuição sem dúvida expressiva que tem dado à Paraíba no âmbito da responsabilidade social e cultural, a Saelpa já se tornou referência no Estado e tem consolidado, nos meios empresariais e culturais, desde a privatização, sua imagem de empresa cidadã. Tanto é que, como reflexo positivo de tão destacada atuação, a empresa recebeu do Governo Estadual o *Diploma de Responsabilidade Cultural*, além do *Selo de Responsabilidade Cultural*, distinção especial conferida exclusivamente à Saelpa/Celb, por terem realizado o maior investimento na área cultural em toda a Paraíba.

A seguir, indicadores financeiros relativos ao desempenho econômico - social da Saelpa:

Balanco Social

1. Indicadores econômico-financeiros (R\$ mil)	2005	2004
1.1 - Receita Operacional Líquida	492.552	420.254
1.2 - Lucro Operacional	106.115	29.761
1.3 - Folha de Pagamento	36.059	27.601
2. Indicadores Laborais (R\$ mil)		
2.1 - Alimentação	5.280	4.693
2.2 - Encargos Sociais	8.044	7.472
2.3 - Previdência Privada	7.042	7.351
2.4 - Saúde	787	784
2.5 - Educação	823	758
2.6 - Participação nos Lucros ou Resultados	1.530	-
2.7 - Outros Benefícios	1.228	927
Total - Indicadores Laborais (2.1 a 2.7)	24.734	21.985
3. Indicadores e Investimentos Sociais (R\$ mil)		
3.1 - Impostos (excluídos encargos sociais)	255.399	162.017
3.2 - Contribuição p/a Sociedade/Investimentos na Cidadania	1.659	1.114
3.3 - Investimentos em Meio Ambiente	127	-
3.4 - Programa Luz para Todos	27.737	3.133
3.5 - Programa de eficiência energética, pesquisa e desenvolvimento	2.857	2.860
Total - Indicadores e Investimentos Sociais (3.1 a 3.5)	287.779	169.124
4. Indicadores do Corpo Funcional		
4.1 - N° de empregados ao final do período	1.638	1.630
4.2 - N° de admissões durante o período	119	205
4.3 - N° de mulheres que trabalham na empresa	317	319
4.4 - N° de empregados portadores de deficiência	76	72

Demonstração do Fluxo de Caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004

	2005	2004
Atividades operacionais		
(+) Recebimento de clientes	695.805	594.076
(+) Outros recebimentos	3.586	3.492
(-) Fornecedores	316.969	289.085
(-) Salários e encargos sociais	45.979	43.003
(-) Impostos e contribuições	251.573	180.621
(-) Outras despesas	49.241	31.433
(=) Variação de caixa das atividades operacionais	35.629	53.426
Atividades de investimentos		
(-) Aquisição de imobilizado	60.013	40.629
(=) Variação de caixa das atividades de investimentos	(60.013)	(40.629)
Atividades de empréstimos e financiamentos		
(+) Empréstimos e financiamentos obtidos	291.903	84.529
(+) Outros	-	-
(-) Serviço da dívida:	244.972	94.995
(=) Variação de caixa das atividades de empréstimos e financiamentos	46.931	(10.466)
Aumento (diminuição) do saldo líquido de caixa	22.547	2.331
Saldo de caixa no início do exercício	17.200	14.869
Saldo de caixa no final do exercício	39.747	17.200

Demonstração do valor adicionado – DVA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004
(em milhares de reais)

	2005	2004
1- GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas de vendas de energia e serviços	711.072	571.624
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19.867	(10.876)
Resultado não operacional	4.595	606
Menos Insumos :		
Custo da energia comprada para revenda	184.989	181.401
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	37.991	33.898
Serviços de terceiros	32.304	26.118
Material	7.263	6.424
Conta de Consumo de Combustível - CCC	27.925	23.408
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	5.096	1.992
Outros custos operacionais	1.303	16.389
	<u>296.871</u>	<u>289.630</u>
2- VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>438.663</u>	<u>271.724</u>
Quotas de reintegrações	22.486	18.653
3- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	<u>416.177</u>	<u>253.071</u>
4- VALOR ADICIONADO TRANSFERIDO		
Receitas financeiras	20.535	45.930
5- VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>436.712</u>	<u>299.001</u>
6- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remunerações	34.891	36.516
Entidade de Previdência Privada	7.042	4.275
Participações nos lucros	1.530	-
Governo		
INSS	4.989	3.810
ICMS	149.142	100.370
Imposto de renda, Contribuição Social, PIS e Cofins	101.014	57.819
RGR – Quota para Reserva Global de Reversão	5.287	4.655
Outros	5.243	3.828
Financiadores		
Juros	54.154	65.020
Aluguéis	1.362	1.822
Acionistas		
Absorção de prejuízos	-	20.886
Dividendos	16.406	-
Lucros retidos	55.652	-
	<u>436.712</u>	<u>299.001</u>

A Administração.

Demonstrações Financeiras

1. Balanço Patrimonial – Ativo

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Em milhares de reais)

ATIVO	<u>2005</u>	<u>2004</u>
CIRCULANTE		
Disponibilidades		
Recursos vinculados	26.529	13.297
Aplicações no mercado aberto	3.737	-
Consumidores e concessionárias	9.481	3.903
Títulos de créditos a receber	137.324	126.745
Créditos renegociados	25.276	4.997
Recomposição tarifária extraordinária	-	7.904
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	25.700	21.030
Estoques	(23.391)	(47.681)
Impostos a recuperar	570	771
Créditos tributários	16.740	10.679
Despesas pagas antecipadamente	15.099	-
Outros créditos	33.056	19.326
	<u>11.949</u>	<u>8.163</u>
	<u>282.070</u>	<u>169.134</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Recomposição tarifária extraordinária		
Títulos de créditos a receber	25.337	41.804
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	70.261	71.159
Créditos renegociados	-	(7.040)
Créditos com partes relacionadas	-	59.963
Impostos a recuperar	53.532	29.702
Créditos tributários	13.710	7.846
Depósitos judiciais	64.497	92.739
Despesas pagas antecipadamente	44.331	34.200
Outros	8.476	7.990
	455	4.121
	<u>280.599</u>	<u>342.484</u>
PERMANENTE		
Investimentos		
Imobilizado	113	105
Diferido	279.893	249.717
	6.395	2.562
	<u>286.401</u>	<u>252.384</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>849.070</u>	<u>764.002</u>

2 Balanço Patrimonial – Passivo

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Em milhares de reais)

PASSIVO	2005	2004
CIRCULANTE		
Fornecedores	57.831	71.061
Encargos de dívidas	1.748	1.984
Empréstimos e financiamentos	132.341	111.743
Folha de pagamento	963	1.381
Tributos e contribuições sociais	33.874	32.495
Parcelamento de impostos	5.039	16.464
Dividendos	16.406	-
Obrigações estimadas	3.135	3.622
Encargos do consumidor a recolher	2.024	3.057
Taxa de iluminação pública arrecadada	1.978	1.996
Deficit atuarial da Funasa	6.582	7.042
Outras contas a pagar	18.995	10.279
	280.916	261.124
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Fornecedores	15.029	21.484
Empréstimos e financiamentos	149.288	43.954
Tributos e contribuições sociais	4.649	11.407
Parcelamento de impostos	22.825	109.863
Débitos com partes relacionadas	21.971	23.629
Provisões para contingências	73.819	81.631
Deficit atuarial da Funasa	24.048	20.384
Outros	1.056	1.974
	312.685	314.326
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	181.401	181.401
Reservas de capital	21.397	8.814
Reservas de lucros	52.671	-
Prejuízos acumulados	-	(1.663)
	255.469	188.552
TOTAL DO PASSIVO	849.070	764.002

3. Demonstrações do Resultado

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Receita operacional		
Fornecimento de energia elétrica	675.277	553.338
Suprimento de energia elétrica	2.469	5.201
Disponibilização do sist. de transm. e de distribuição	25.408	4.289
Outras Receitas Operacionais	7.918	8.796
	<u>711.072</u>	<u>571.624</u>
Deduções da receita operacional		
ICMS	149.142	100.370
PIS	11.397	8.156
COFINS	52.495	38.163
ISS	199	26
Quotas para RGR	5.287	4.655
	<u>218.520</u>	<u>151.370</u>
Receita operacional líquida	<u>492.552</u>	<u>420.254</u>
Custo do serviço de energia elétrica		
Custo com energia elétrica	222.980	215.299
Energia elétrica comprada para revenda	184.989	181.401
Encargos de uso do sist. de transm. e distribuição	37.991	33.898
Custo de operação	76.057	79.132
Pessoal e administradores	15.205	16.738
Material	3.227	2.936
Serviços de terceiros	11.807	9.512
Conta de consumo de combustível - CCC	27.925	23.408
Conta de desenvolvimento energético - CDE	5.096	1.992
Depreciação e amortização	18.793	16.450
Provisão (reversão) para contingências	(12.309)	4.806
Outras	6.313	3.290
Custo do serviço prestado a terceiros	2.640	2.676
	<u>301.677</u>	<u>297.107</u>
Lucro operacional bruto	<u>190.875</u>	<u>123.147</u>
Despesas operacionais		
Despesas com vendas	14.910	34.542
Despesas gerais e administrativas	31.189	33.933
	<u>46.099</u>	<u>68.475</u>
Resultado do serviço	<u>144.776</u>	<u>54.672</u>
Receitas (despesas) financeiras		
Receita de aplicações financeiras	1.963	307
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	18.572	20.133
Encargos de dívidas	(57.779)	(38.737)
(-) Transferência para obras em curso	2.437	2.919
Outras despesas financeiras	(3.854)	(9.533)
	<u>(38.661)</u>	<u>(24.911)</u>
Resultado operacional	<u>106.115</u>	<u>29.761</u>
Resultado não operacional		
Receita não operacional	5.227	2.504
Despesa não operacional	632	1.898
	<u>4.595</u>	<u>606</u>
Lucro antes da contribuição social, imposto de renda e das participações	110.710	30.367
Contribuição social	(10.023)	(2.408)
Imposto de renda	(27.099)	(7.073)
Lucro líquido antes das participações	73.588	20.886
Participações de empregados e administradores	(1.530)	-
Lucro líquido do exercício	<u>72.058</u>	<u>20.886</u>
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	<u>98,55</u>	<u>28,56</u>

4. Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004
 (Em milhares de reais)

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Origens de recursos		
Nas Operações		
Lucro líquido do exercício	72.058	20.886
Receitas (despesas) que não afetam o capital circulante líquido:		
Depreciação e amortização	22.486	18.653
Juros e variações monetárias de itens de longo prazo	(4.579)	(337)
Provisão (reversão) de contingências	(10.893)	5.598
Créditos tributários	13.143	(1.922)
Efeitos regulatórios do Pis e Cofins	-	(5.322)
Redução de imposto de renda - incentivo fiscal	12.583	5.819
Valor residual de itens de ativo permanentes baixados	384	2.186
	<u>105.182</u>	<u>45.561</u>
De Terceiros		
Financiamentos captados	148.096	43.134
Contribuição do consumidor	50	22.922
Subvenção da União - recursos CDE	15.218	2.900
Participação do Governo do Estado	2.887	-
Redução do realizável a longo prazo	72.997	4.297
	<u>239.248</u>	<u>73.253</u>
Total das origens	<u>344.430</u>	<u>118.814</u>
Aplicações de recursos		
Outras aplicações		
No investimento	8	-
No imobilizado	69.965	68.833
No diferido	5.069	656
Transferência do exigível a longo prazo para o circulante	158.520	105.572
Dividendos	16.406	-
	<u>249.968</u>	<u>175.061</u>
Total das aplicações	<u>249.968</u>	<u>175.061</u>
Aumento (redução) do capital circulante líquido	<u>94.462</u>	<u>(56.247)</u>
Demonstração da variação do capital circulante líquido		
Ativo circulante		
No início do exercício	169.134	182.805
No fim do exercício	282.070	169.134
	<u>112.936</u>	<u>(13.671)</u>
Passivo circulante		
No início do exercício	261.124	218.548
Ajuste de exercício anterior	(1.318)	-
No fim do exercício	280.916	261.124
	<u>18.474</u>	<u>42.576</u>
Aumento (redução) do capital circulante líquido	<u>94.462</u>	<u>(56.247)</u>

5. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004
 (Em milhares de reais)

	Reservas de Capital			Reservas de Lucros		Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Remuneração das imobilizações em curso	Redução de imposto de renda	Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldos em 01 de janeiro de 2004	181.401	2.995	-	-	-	(22.549)	161.847
Incentivo Fiscal - Laudos constitutivos - Adene 112 e 113/04	-	-	5.819	-	-	-	5.819
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	20.886	20.886
Saldos em 31 de dezembro de 2004	181.401	2.995	5.819	-	-	(1.663)	188.552
Ajuste de exercício anterior (vide nota explicativa nº 20)	-	-	-	-	-	(1.318)	(1.318)
Incentivo Fiscal - Laudos constitutivos - Adene 112 e 113/04	-	-	12.583	-	-	-	12.583
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	72.058	72.058
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:							-
Reserva legal	-	-	-	3.454	-	(3.454)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(16.406)	(16.406)
Retenção de lucros	-	-	-	-	49.217	(49.217)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2005	181.401	2.995	18.402	3.454	49.217	-	255.469

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios
findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004**
(Em milhares de reais)

1 Contexto Operacional

A Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba - SAELPA é uma concessionária de energia elétrica, que atua em 217 municípios do Estado da Paraíba, atendendo a aproximadamente 885 mil consumidores (não auditado pelos auditores independentes). A SAELPA é controlada (87,63% do capital votante e 74,29% do capital total), pela PBpart - SE 2 Ltda., empresa de propósito específico controlada pela Empresa Energética de Sergipe S.A.– ENERGIPE.

A SAELPA apresentava em 2004 capital circulante negativo de R\$91.990. No presente exercício o capital circulante líquido da Companhia passou a ser positivo em R\$1.154. Essa melhoria deve-se fundamentalmente às medidas de adequação da estrutura de capital da Companhia. Dentre as operações, destaque-se a liquidação financeira, em julho de 2005, da venda dos direitos de crédito das empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina CFLCL, CENF, Energipe, CELB e SAELPA para a primeira série do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Sistema Cataguazes-Leopoldina (FIDC Sistema Cataguazes-Leopoldina), no valor total de R\$210.000, dos quais, R\$70.000 pela SAELPA. Em 22 de agosto de 2005, a CFLCL, Energipe, CELB e SAELPA captaram mediante Cédula de Crédito Bancário – CCB o montante de R\$126.638, dos quais R\$17.516, foram recebidos pela Saelpa.

Não obstante a essa evolução favorável, a Administração está empenhada na melhoria da estrutura de capital da Companhia, buscando instrumentos que permitam reduzir ainda mais os custos das dívidas de curto prazo e, conseqüentemente, proporcionar um alongamento natural do seu perfil, o que, juntamente com a geração de lucros, previstos nos orçamentos e projeções internas, deverão ser suficientes para adequar a sua liquidez, reduzindo, substancialmente, as necessidades de refinanciamentos dos passivos.

Adicionalmente, a Standard & Poor's – consultoria de análise de risco – atribuiu o rating "brAAf", em sua Escala Nacional Brasil, ao FIDC Sistema Cataguazes-Leopoldina. O rating de qualidade de crédito "brAAf" indica que os títulos do Fundo são fortemente protegidos contra perdas geradas por inadimplência. Essa classificação da Standard & Poor's baseia-se em análises de fatores, como a qualidade geral de crédito da carteira, além dos riscos relacionados às taxas de juros, à qualidade de crédito e à liquidez apresentada pelo fundo.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, normas e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, preponderantemente o "Manual de Contabilidade de Serviço Público de Energia Elétrica".

3 Sumário das principais práticas contábeis

- a) As aplicações no mercado aberto estão representadas por aplicações em fundos de curto prazo e certificados de depósitos bancários que estão registrados pelos valores atualizados na data do balanço;
- b) Consumidores e concessionárias engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada por estimativa, até o encerramento do balanço, reconhecidas pelo regime de competência;
- c) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos e levando em conta as instruções da ANEEL;
- d) Os estoques estão valorizados ao custo médio de aquisição, que não excede o seu valor de mercado;
- e) Os investimentos estão contabilizados ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995;
- f) O imobilizado está demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As adições, a partir desta data, estão contabilizadas ao custo. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimado dos bens, conforme descrito à nota nº 14 e são debitadas ao resultado do exercício ou ao custo das imobilizações em curso;
- g) Os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, foram capitalizados e estão registrados neste subgrupo como custo. A SAELPA optou por não mais capitalizar os juros sobre os investimentos em imobilizado em curso financiados com recursos próprios a partir de 2000;
- h) O diferido está representado basicamente, pelo custo de aquisição de software de manutenção de sistema corporativo. A amortização está sendo realizada pelo prazo de 5 anos;
- i) Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelas taxas contratuais na data de encerramento dos exercícios;
- j) O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371/02.
- k) As contingências passivas estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- l) As receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência;
- m) Os custos associados aos planos de complementação de aposentadoria e pensão são reconhecidos pelo regime de competência, conforme Deliberação CVM nº 371/00;

n) Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;

o) A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da compra e venda de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Provisão para Contingências e para o Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensões.

4 Consumidores e concessionárias

Classes de consumidores	Saldos Vincendo	Vencidos					Total	
		até 30 dias	de 31 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	Há mais de 360 dias	2005	2004
Residencial	11.803	10.210	2.658	861	12	38	25.582	24.337
Industrial	11.468	1.605	327	213	373	7.277	21.263	20.505
Comércio, serviços e outras atividades	8.047	4.090	1.330	410	324	544	14.745	12.520
Rural	2.473	1.509	1.639	1.329	1.950	875	9.775	5.558
Poder público:								
Federal	1.318	590	100	28	143	320	2.499	3.944
Estadual	2.112	946	160	44	229	509	4.000	6.317
Municipal	1.508	675	114	31	163	363	2.854	4.509
Iluminação pública	2.866	874	285	237	557	642	5.461	23.131
Serviço público	3.927	2.694	7.370	3.045	57	87	17.180	3.230
Revisão tarifária periódica	-	-	-	-	-	-	7.887	-
Outros créditos	-	-	-	-	-	-	1.711	4.111
Subtotal – consumidores	45.522	23.193	13.983	6.198	3.808	10.655	112.957	108.162
Concessionárias (*)							554	568
Fornecimento não faturado							23.813	18.015
Total	45.522	23.193	13.983	6.198	3.808	10.655	137.324	126.745

(*) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE .

A Companhia constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa dos saldos vencidos, conforme critérios técnicos estabelecidos pela ANEEL.

O saldo da conta de consumidores e concessionárias em 31 de dezembro de 2005, inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE no montante de R\$455 (R\$429 em 2004), relativo ao período de setembro de 2000 a dezembro de 2005, deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2005. Esse saldo foi apurado com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição financeira desses valores, incluindo os saldos registrados no passivo circulante de R\$114 (R\$26 em 2004), referentes aos encargos de serviços do sistema, está demonstrada a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	2005	2004
Saldos a vencer	406	386
Parcela em negociação	49	43
	455	429
(-) Encargos de serviços do sistema	(114)	(26)
	341	403

5 Revisão tarifária periódica

A Aneel através da Resolução nº 193, de 22 de agosto de 2005, homologou o resultado final da primeira Revisão Tarifária Periódica da SAELPA. Com base nesta Resolução as tarifas de energia elétrica foram reposicionadas em 11,66% e Fator Xe de 0,5414.

Em 28 de agosto de 2005, as tarifas de fornecimento de energia elétrica foram reposicionadas em 7,06%, que corresponde ao percentual resultante do cálculo do índice de reajuste tarifário anual da concessionária.

Em agosto de 2005 a ANEEL disponibilizou a Nota Técnica da Resolução nº 193, definindo as parcelas anuais a serem acrescidas à "Parcela B", nos anos de 2006 a 2008, a razão de R\$16.230, em cada ano, valor esse referenciado à data base da revisão tarifária da SAELPA. O montante será atualizado monetariamente pela variação do IGP-M.

A SAELPA reconheceu receita de R\$7.980, referente ao período de setembro a dezembro de 2005, contabilizada na rubrica "fornecimento de energia elétrica" em contrapartida à conta de "Consumidores e Concessionárias" no consolidado, deduzido de R\$93 referente atualização monetária pela aplicação da variação do IGP-M no período.

6 Recomposição tarifária extraordinária (RTE)

Com base nas disposições contidas na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, na Resolução nº 91, da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE, de 21 de dezembro de 2001, e na Resolução ANEEL nº 31, de 24 de janeiro de 2002, foi instituída a recomposição tarifária extraordinária que está sendo efetivada por meio da aplicação de reajustes às tarifas de energia elétrica vigentes a partir de 31 de dezembro de 2001, assim reconhecidas pela ANEEL:

- 2,9% para os clientes residenciais e rurais (exceto baixa renda);
- 7,9% para os demais clientes.

A referida recomposição visa o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão e foi implementada para suprir as perdas observadas em decorrência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, durante o período compreendido entre 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, a saber:

- a) Redução do consumo de energia elétrica do programa de racionamento no período (perda de receita)
- b) Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela A; e
- c) Energia Livre – energia contratada pelos geradores para atender o período do Programa Emergencial. Conforme Resolução ANEEL nº 36 de 29 de janeiro de 2003, alterada pela Resolução ANEEL nº 89 de 25 de fevereiro de 2003. Esses valores estão sendo repassados aos geradores desde março de 2003.

Os itens constantes do Acordo Geral do Setor Elétrico vinham sendo remunerados com base na variação da taxa SELIC – Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia, (BACEN), acrescida de juros de 1% a.a. Em 20 de dezembro de 2005, a ANEEL, através do Ofício Circular 2.212, estabeleceu os seguintes procedimentos para o cálculo da remuneração:

- Perda de Receita – para as concessionárias que obtiveram financiamentos junto ao BNDES - taxa SELIC, acrescida de juros de 1% a.a., aplicada sobre os 90% dos valores homologados pela ANEEL; e taxa SELIC aplicada sobre os 10% não financiado;

- Energia Livre - para as Geradoras que obtiveram financiamentos junto ao BNDES, procedimento idêntico ao aplicado para Perda de Receita e para as Geradoras que não obtiveram financiamento taxa SELIC;

- “ Parcela A”- a remuneração deverá ser apropriada utilizando a taxa SELIC.

Através das Resoluções nº 480, 481, 482 e 483, de agosto de 2002 e da Resolução nº 1, de 12 de janeiro de 2004 da ANEEL, os valores homologados relativos à recomposição tarifária extraordinária e energia livre estão demonstrados a seguir:

	Perda de receita	Energia livre	Parcela A	Total
Resoluções nº	480/02, 481/02 e 1/04	1/04 e 45/04	482/02 e 1/04	
Valor homologado	51.342	30.326	849	82.517
Remunerações acumuladas	24.861	11.354	645	36.860
Amortizações acumuladas	(40.665)	(15.878)	-	(56.543)
Saldos em 31/12/2004	35.538	25.802	1.494	62.834
Amortização no ano	(13.793)	(10.198)	-	(23.991)
Atualização monetária no ano	5.908	6.001	285	12.194
Saldos em 31/12/2005	27.653	21.605	1.779	51.037
Parcela de curto prazo	14.428	11.272	-	25.700
Parcela de longo prazo	13.225	10.333	1.779	25.337

A Resolução ANEEL nº 1, de 12 de janeiro de 2004, estabeleceu a vigência do reajuste tarifário extraordinário – RTE nas tarifas de fornecimento de energia elétrica das concessionárias de distribuição de energia elétrica, para recomposição de perdas de receita e energia livre, pelo prazo máximo 71 meses a partir de janeiro de 2002.

A administração da Companhia baseada em projeções internas, espera realizar todos os créditos dentro dos prazos definidos por essa Resolução.

A Resolução ANEEL nº 1 de 12 de janeiro de 2004, além de determinar os prazos para recomposição da perda de receita e energia livre, homologou o montante da “Parcela A” e a recuperação dos valores desta que se dará pelo mecanismo equivalente da RTE, sem considerar a limitação do prazo acima citado.

7 Subvenções a receber – baixa renda

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na subclasse residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80kWh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliado a regulamentação de enquadramento, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos.

Em decorrência de nova classificação, a SAELPA procedeu ao levantamento das perdas de receita, tendo sido apurado o montante de R\$121.729 (R\$81.951 em 2004), tendo a Eletrobrás já ressarcido a concessionária R\$113.930 (R\$76.798 em 2004). Esta receita será custeada com recursos financeiros oriundos da RGR – Reserva Global de Reversão, e da CDE Conta de Desenvolvimento Energético, estando registrados no balanço patrimonial na rubrica “Outros créditos”, no Ativo Circulante.

8 Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida com atualização com base na variação do IGPM mais juros de 1% a.m. Em 31 de dezembro de 2005, estes créditos montam em R\$ 95.537 (R\$76.156 em 2004), sendo R\$25.276 (R\$4.997 em 2004) classificados no Ativo Circulante e R\$ 70.261 (R\$71.159 em 2004) classificados no Realizável a Longo Prazo.

Do montante dos Títulos de Créditos a Receber, a Companhia possui Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, constituída da ordem de R\$8.040 (R\$18.217 em 2004).

9 Créditos renegociados

Os créditos renegociados pela controlada SAELPA, referem-se a consumo de energia elétrica até junho de 2000, renegociados em agosto de 2003, com novas cláusulas e condições contratuais. Em 31 de dezembro de 2004, os créditos montavam em R\$67.867 sendo R\$7.904 contabilizados no ativo circulante e R\$59.963 no realizavel a longo prazo.

A SAELPA assinou ao final do exercício de 2005 acordo para compensação de débitos recíprocos com o Estado da Paraíba e os Municípios Paraibanos no montante de R\$90.539. O resultado da operação culminou com a liquidação de parte substancial de parcelamento de ICMS, que realizou integralmente os créditos junto a Cia. de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA em R\$18.391, com o próprio Estado em R\$51.844 reduzindo o saldo a pagar do referido parcelamento de ICMS de R\$90.539 para R\$2.358.

Adicionalmente, como parte do referido Convênio, 207 municípios aplicaram a sua cota parte da liquidação do ICMS acima, totalizando R\$20.304 na quitação de débitos e parcelamentos anteriores.

Em face das operações de liquidação dos débitos a SAELPA reverteu provisão para crédito de liquidação duvidosa, no exercício no montante de R\$27.779.

10 Impostos a recuperar

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
.Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	11.939	8.443
.Imposto de Renda Retido na Fonte	920	297
.Imposto de Renda – IRPJ	2.339	2.061
.Contribuição Social Sobre o Lucro – CSSL	722	713
.Programa de Integração Social – PIS	2.562	1.235
.Contribuição para a Seguridade Social – COFINS	11.838	5.695
.Contribuições Previdenciárias	130	81
	<u>30.450</u>	<u>18.525</u>
Parcela de curto prazo	16.740	10.679
Parcela de longo prazo	13.710	7.846

11 Despesas pagas antecipadamente

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Efeitos regulatórios do Pis e Cofins (1)		
.PIS (dezembro de 2002 a agosto de 2005)	3.395	1.840
.COFINS (fevereiro de 2005 a agosto de 2005)	7.809	4.233
Prêmios de seguros	557	952
Conta de compensação dos custos da parcela A - CVA	26.136	18.329
Proinfra (2)	236	-
Encargos financeiros	1.629	-
Outros	1.770	1.962
	<u>41.532</u>	<u>27.316</u>
Parcela de curto prazo	33.056	19.326
Parcela de longo prazo	8.476	7.990

(1) PIS/COFINS

Em conformidade com o Contrato de Concessão e o disposto no parágrafo 3º, do artigo 9º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que assegura o direito à recomposição tarifária pelo aumento da carga tributária, a Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba - SAELPA procedeu ao reconhecimento dos valores apurados em consequência da mudança do critério de tributação para não cumulatividade, conforme Lei 10.637 do PIS, de 30/12/2002, e Lei 10.833 do COFINS, de 29/12/2003.

Através da Nota Técnica Complementar nº 267, de 22 de agosto de 2005, a ANEEL homologou, em caráter provisório parte das diferenças sem cobertura tarifária do período de dezembro de 2002 a março de 2005, para o PIS, no montante de R\$2.127 e do período de fevereiro de 2004 a março de 2005, para a COFINS, no montante de R\$5.491,

que serão recuperadas entre agosto de 2005 e julho de 2006. Os valores remanescentes serão recuperados nos próximos eventos tarifários.

A ANEEL, a partir de 28 de agosto de 2005, excluiu os tributos de PIS/COFINS do cálculo da tarifa de energia elétrica. A SAELPA, passou a partir da data mencionada, a adicionar às tarifas de energia elétrica, as despesas efetivas incorridas com esses tributos.

(2) Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA

A Lei 10.438/2002, art. 3º, instituiu o PROINFA, com o objetivo de aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos de Produtores Independentes Autônomos, concebidos com base em fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa, no Sistema Elétrico Interligado Nacional - SIN.

Os custos concernentes à aquisição da energia gerada pelo PROINFA incorridos pela ELETROBRÁS, inclusive os custos administrativos, financeiros e os decorrentes de encargos tributários, serão rateados por todas as classes de consumidores finais atendidos pelo SIN, exclusive os integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda cujo consumo seja igual ou inferior a 80 KWH/mês.

Cabe aos agentes do SIN que comercializem energia com o consumidor final e/ou recolhem Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão – TUST ou Distribuição – TUSD, relativas a consumidores livres, recolher à ELETROBRÁS, para crédito do PROINFA, o valor da quota anual, em duodécimos, fixada pela ANEEL.

Os procedimentos para o rateio dos custos do Programa, bem como para a alocação da respectiva energia aos agentes quotistas, constam no Decreto nº 5.025, de 30 de março de 2004.

12 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa dos exercícios de 2005 e 2004, calculadas pela aplicação das alíquotas fiscais vigentes de imposto de renda e contribuição social, é demonstrada como segue:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	110.710	30.367
Despesa de imposto de renda e da contribuição social calculados às alíquotas fiscais.	(37.641)	(10.325)
Ajustes:		
Itens permanentes	(480)	(351)
Outros	999	1.195
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(37.122)</u>	<u>(9.481)</u>
<u>Crédito tributário reconhecido no balanço</u>		
Prejuízos fiscais	34.913	44.481
Base negativa de contribuição social	10.174	13.459
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	26.475	26.646
Contribuição social	8.034	8.153
Total	<u>79.596</u>	<u>92.739</u>
Parcela de curto prazo	15.099	-
Parcela de longo prazo	64.497	92.739

Em atendimento às disposições contidas na Instrução CVM nº 371/02, estima-se que as realizações dos créditos fiscais da SAELPA ocorrerão como segue:

Período	Realização dos créditos fiscais
2006	15.099
2007	16.045
2008	21.396
2009	22.398
2010	4.658
Total	79.596

13 Transações com partes relacionadas

	Pbpart SE 2	Energipe S/A	Cia. Energética da Borborema	Cia. Força e Luz Cataguazes-Leopoldina	Cia. De Eletricidade de Nova Friburgo	Pbpart Ltda	Ivan Muller Botelho	Total 2005	Total 2004
.Adiantamento e empréstimos a (pagar) receber	-	25.802	(2.679)	27.730	(9.991)	(9.155)	(146)	31.561	6.073
.Serviços contratados	-	-	-	(810)	-	-	-	(810)	(761)
.Energia elétrica fornecida	-	-	217	-	-	-	-	217	384
.Receitas (despesas) financeiras	-	3.823	(1.860)	6.383	(1.269)	(414)	(146)	6.517	1.504

As transações de adiantamentos e empréstimos são remuneradas pela taxa média de captação junto a terceiros. No exercício a taxa de captação foi em média de CDI + 4% a.a. .

Os valores de venda de energia estão suportados por contratos de compra e venda de energia que foram submetidos à aprovação do Poder Concedente.

Os preços praticados dos serviços contratados, referentes às áreas administrativas e apoio, levam em conta a recuperação dos custos efetivamente incorridos, acrescidos de um resultado líquido de impostos da ordem de 10%.

Essas operações foram realizadas em condições usualmente praticadas no mercado e estão amparadas por contratos de longo prazo submetidos à aprovação da ANEEL.

14 Imobilizado

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Imobilizado em serviço:		
Distribuição:		
Linhas, redes e subestações	438.170	388.694
Comercialização	3.166	8.888
Administração	<u>23.026</u>	<u>18.349</u>
	<u>464.362</u>	<u>415.931</u>
(-) Depreciação acumulada:		
Distribuição:		
Linhas, redes e subestações	(147.475)	(133.011)
Comercialização	(2.380)	(2.689)
Administração	<u>(10.660)</u>	<u>(8.352)</u>
	<u>(160.515)</u>	<u>(144.052)</u>
Imobilizado em curso:		
Distribuição:		
Linhas, redes e subestações	45.344	28.110
Comercialização	27	-
Administração	<u>467</u>	<u>1.365</u>
	<u>45.838</u>	<u>29.475</u>
Subtotal	<u>349.685</u>	<u>301.354</u>
Contribuições de consumidores	(48.787)	(48.737)
Subvenção da União – recursos CDE	(18.118)	(2.900)
Participação do Governo do Estado	<u>(2.887)</u>	<u>-</u>
Obrigações vinculadas à concessão	<u>(69.792)</u>	<u>(51.637)</u>
Total	<u>279.893</u>	<u>249.717</u>

Os bens e instalações utilizados na transmissão, distribuição, inclusive comercialização são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, até a definitiva aplicação na concessão.

As obrigações vinculadas à concessão (contribuições do consumidor), representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão da SAELPA.

As subvenções da União – recursos CDE, são proveniente da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e estão destinados ao programa Luz para Todos.

As taxas médias anuais de depreciação são as seguintes:

	Percentuais	
	2005	2004
Distribuição	4,5	4,2
Comercialização	4,8	4,6
Administração e outros	9,7	8,9

Durante o exercício de 2005 a Companhia efetuou a transferência de encargos financeiros para o Imobilizado em curso, conforme abaixo:

	Distribuição	
	2005	2004
Encargos financeiros contabilizados no resultado	57.779	38.737
(-) transferência para o imobilizado em curso	(2.437)	(2.919)
Efeito líquido no resultado	55.342	35.818

Programa Nacional de Universalização e Luz Para Todos

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através da Resolução nº 223 de 29 de abril de 2003, alterada pela Resolução nº 52 de 25 de março de 2004, estabeleceu as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica visando ao atendimento de novas ligações para o fornecimento de energia elétrica a unidades consumidoras ainda não atendidas. Tal atendimento foi regulamentado pelos artigos 14 e 15 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que fixou as responsabilidades das concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica. A Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003 alterou, então, a prioridade de atendimento aos municípios estabelecendo prioridade para atendimento aos municípios menores índices de desenvolvimento humano (IDH) e de eletrificação, tendo limitado a responsabilidade das concessionárias, nesses atendimentos, a apenas novas unidades, ligadas em baixa tensão (inferior a 2,3 kV), com carga instalada de até 50 KW.

A SAELPA, que atende a 216 municípios no Estado da Paraíba, submeteu em setembro de 2003, à ANEEL, o respectivo Plano de Universalização de Energia Elétrica que foi implementado no período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2004. O plano para atendimento ao período compreendido entre 2005 e 2008 foi apresentado em 15 de setembro de 2004 e aqueles relativos ao atendimento às unidades previstas para períodos subseqüentes foram apresentados em 31 de março de 2005.

A ANEEL, através da Superintendência de Regulação da Comercialização da Eletricidade, publicou, em 5 de agosto de 2004, a Nota Técnica 101/2004 aprovando o Plano de Universalização da SAELPA.

Paralelamente, através do Decreto Presidencial nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, o Governo Federal instituiu, sob a coordenação do Ministério de Minas e Energia – MME a ser operacionalizado com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRÁS e das empresas que compõem o sistema ELETROBRÁS, o Programa “LUZ PARA TODOS” - PLT, destinado a propiciar, até o ano 2008, o atendimento com energia elétrica à toda a parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço. De acordo com art. 2º do citado Decreto, os recursos necessários para o custeio do Programa serão oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, instituída como subvenção econômica pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002,

da Reserva Global de Reversão RGR, instituída pela Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, de agentes do setor elétrico, da participação dos Estados, Municípios e outros destinados ao Programa. A Portaria Ministerial nº 38, emitida em 9 de março de 2004, publicou o Manual de Operacionalização do PLT, tendo sido revogada pela Portaria nº 447, de 31 de dezembro de 2004, que aprovou a revisão do citado Manual de Operacionalização, o qual estabelece os critérios técnicos, financeiros, procedimentos e prioridades que serão aplicados no referido Programa.

Foi necessário, então, compatibilizar o Plano, de forma a atender a todas as unidades existentes no meio urbano e rural, tendo em vista existirem, nos citados documentos legais, diferenças de critérios para priorização das unidades a serem atendidas, cuja normatização se deu com a publicação da Resolução Normativa nº 175, de 28 de novembro de 2005.

Em 2004, a distribuidora assinou Termo de Compromisso com o Ministério de Minas e Energia - MME e com o respectivo Governo Estadual, com a interveniência da ANEEL e da ELETROBRÁS, para o estabelecimento das premissas relativas à implantação do Programa LUZ PARA TODOS, no que tange à origem dos Recursos Financeiros e Metas, cujos percentuais de participação, anos de conclusão dos planos, valores a serem investidos e quantidade de consumidores a serem atendidos encontram-se abaixo:

<u>Participações</u>	<u>%</u>
Governo Estadual	20
Governo Federal-CDE	55
Distribuidora – RGR	10
Distribuidora – próprios	15
Ano de Conclusão	2008
R\$ milhões a investir	226,5
Consumidores a atender	44.100

No que diz respeito à universalização urbana, o prazo para atendimento é mais dilatado que o previsto para a universalização rural, como destacado abaixo, sendo que os recursos a serem aplicados para o meio urbano serão, na sua totalidade, de responsabilidade da distribuidora, cujos valores aproximados, bem como o número de consumidores a serem atendidos, são:

	<u>SAELPA</u>
Ano de Conclusão	2008
R\$ milhões a investir	5,2
Consumidores a atender	8.206

Pelos números apresentados, verifica-se que a empresa terá seu mercado sensivelmente aumentado com a ligação dos consumidores contemplados pelo respectivo Plano de Universalização, ressaltando-se que, além desse, estarão sendo conectados ao sistema da distribuidora aqueles oriundos do crescimento vegetativo, já que os aqui indicados compõem apenas o déficit atual.

Em resumo, serão investidos R\$231,7 milhões pela SAELPA, no período de 2004 a 2008 visando à universalização dos serviços de energia elétrica na área de concessão, com acréscimo de 52.306 novos consumidores ao mercado da SAELPA.

A Administração tem plena ciência do desafio que será a implantação desse Programa,

no qual serão aplicados recursos que praticamente duplicam os investimentos da Companhia, considerando os que estarão sendo investidos na ampliação do sistema para atender ao crescimento vegetativo, no acréscimo da capacidade instalada e na manutenção das instalações existentes. Entretanto, sabem, também, que tais investimentos contribuirão, em muito, para eliminar perdas de energia existentes atualmente, bem como para minimizar diferenças regionais, além de ampliar o mercado consumidor, evitando o êxodo rural para as grandes cidades, como também impactando, com reflexos diretos, as potencialidades de crescimento dos Estado da Paraíba.

A Companhia efetuou aplicação no Programa “LUZ PARA TODOS” de R\$29.418, tendo já recebido recursos de R\$24.261. A Eletrobrás e o Governo da Paraíba deverão repassar para a Companhia R\$744 referente às participações daqueles Agentes no Programa, cujos montantes ainda não foram liquidados.

15 Diferido

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Custo de Aquisição de Softwares	9.344	4.274
Amortização acumulada	(2.949)	(1.712)
Total	<u>6.395</u>	<u>2.562</u>

16 Fornecedores

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
CIRCULANTE		
Suprimento:		
CHESF	6.770	27.451
Contratos Bilaterais	22.109	17.082
Energia Livre	15.009	10.357
Uso da rede básica	3.805	4.842
Conexão à rede	158	184
Uso do sistema de distribuição (CUSD)	363	118
Materiais e serviços	9.617	11.027
	<u>57.831</u>	<u>71.061</u>
LONGO PRAZO		
Suprimento:		
Parcela Compensatória	1.270	1.633
Energia livre	13.759	19.851
	<u>15.029</u>	<u>21.484</u>
TOTAL	<u>72.860</u>	<u>92.545</u>

17 Empréstimos e financiamentos

<u>Em moeda nacional</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
. Com juros de até 8% a.a. e atualização monetária com base na variação da taxa Finel, RGR (Eletrobrás)	6.633	5.042
. Com juros de 1% a.m. e atualização monetária com base na variação da TR (Funasa)	695	2.999
. Com juros de até 5% a.a. acima da taxa de variação do CDI (Bancos: Bradesco, Rural, Bicbanco, Unibanco, ABC Brasil, HSBC, BBM, Pine, Daycoval, Cruzeiro do Sul, Nordeste, Santander Brasil, Itaú BBA, Lemon Bank, Credit Suisse e Prosper)	88.774	7.016
. Com juros de até 4,5 a 5,5% a.a. e atualização monetária com base na variação da TJLP (Unibanco, BNL, Finame-HSBC e Bic Banco)	-	264
. Com juros de até 1% a.m. e atualização monetária com base na variação do INPC (Funasa)	210	911
. Com juros de 1% a.a., e atualização monetária com base na variação da Selic (BNDES).	26.493	36.638
. Com atualização de 109% da taxa do CDI (FIDC)	71.069	-
. Com juros de 14% a.a. (Banco do Nordeste)	20.908	-
. Com juros de 5,1% a 12,68% a.a. acima da taxa de variação do CDI (Bancos: Bradesco, Rural, Bicbanco, Unibanco, ABC Brasil, HSBC, BBM, Pine, Daycoval, Cruzeiro do Sul, Nordeste, Santander Brasil, Itaú BBA, Lemon Bank, Credit Suisse e Prosper)	66.847	102.827
Total	281.629	155.697
. Parcela de curto prazo	132.341	111.743
. Parcela de longo prazo	149.288	43.954

Os financiamentos obtidos junto a Eletrobrás e às instituições financeiras estão garantidos por parcelas da receita até o valor do financiamento.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no ano:

<u>Moeda/indicadores</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
TJLP	9,75%	9,81%
SELIC	19,04%	16,25%
Finel	0,24%	2,38%
TR	2,83%	1,82%
CDI	18,99%	16,17%
INPC	5,05%	6,13%
IGPM	1,20%	12,42%

Em 31 de dezembro de 2005, os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	<u>2005</u>
2007	80.141
2008	44.263
2009	7.230
2010	3.585
2011	3.585
Após 2011	10.484
	<u>149.288</u>

18 Parcelamento de impostos

Em 31 de julho de 2003, a SAELPA aderiu ao Parcelamento Especial – PAES, instituído pela Lei 10.684 de 30 de maio de 2003, que possibilitou o parcelamento de débitos vencidos até 28 de fevereiro de 2003, junto a Secretaria da Receita Federal, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS em até 180 parcelas. A SAELPA, também parcelou seus débitos fiscais de ICMS junto ao Governo Estadual. A Companhia liquidou parte substancial de parcelamento de ICMS com o Estado da Paraíba, reduzindo o saldo a pagar em R\$90.539, vide nota nº 9.

Em 31 de dezembro, a liquidação desses débitos está assim programada:

<u>Ano</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
2005	-	16.464
2006	5.039	15.536
2007	4.754	15.536
2008	4.754	15.536
2009	3.462	15.536
Após 2009	9.855	47.719
Total	27.864	126.327
Parcela de curto prazo	5.039	16.464
Parcela de longo prazo	22.825	109.863

19 Patrimônio líquido

19.1 Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 619.889.939 ações ordinárias, 111.170.274 ações preferenciais classe "A" e 147.076 ações preferenciais classe "B", todas nominativas sem valor nominal. As ações preferenciais não possuem direito de voto e têm prioridade na distribuição de dividendos sendo:

. Classe A – Dividendos mínimos não cumulativos de 10% ao ano, calculados sobre o capital atribuído a essa classe;

. Classe B - Dividendos obrigatórios não cumulativos previstos no estatuto social.

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76, e a constituição de uma reserva legal de 5% do lucro líquido, limitada a 80% do capital social para renovação e ampliação de instalações e para investimentos, com a finalidade de assegurar o desenvolvimento das atividades sociais, ou terá outra destinação que, pela assembléia geral, lhe for dada.

19.2 Redução de imposto de renda

Constituída com a redução do valor de imposto de renda e adicionais no montante de R\$12.583 em 2005 e R\$5.819 em 2004.

A SAELPA por atuar no setor de infra-estrutura na região Nordeste, obteve a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através dos Laudos Constitutivos nºs 0112 e 0113/2004 – ADENE emitidos em 31/03/2004.

A SAELPA obteve direito à redução de 37,5% (exercício de 2003), 25% (exercícios 2004 a 2008) e 12,5% (exercícios 2009 a 2013) do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração referentes às vendas físicas anuais de até 1.303.173 MWh. Para as vendas superiores àquele limite de até 4.809.797 MWh a redução é de 75% no período de 2003 a 2012, também calculados sobre o lucro de exploração dessas vendas.

19.3 Ajuste de exercícios anteriores

A ANEEL através da Resolução 176, de 28 de novembro de 2005, estabeleceu novos critérios e procedimentos para contabilização dos custos com Pesquisa & Desenvolvimento (Programa de Eficiência Energética – PEE, Pesquisa & Desenvolvimento – P&D e Empresa de Pesquisa Energética – EPE), anteriormente registrado pelo regime de caixa devam passar a ser reconhecidos pelo de competência. O IBRACON através do Comunicado Técnico de 03/06, concluiu que os custos de exercícios anteriores seriam levados a débito da conta de lucros acumulados. A Companhia contabilizou em 31 de dezembro de 2005, o montante de R\$1.318, líquido de impostos.

19.4 Retenção de lucros

No exercício, a administração propõe retenção de lucros da ordem de R\$49.217, para fins de aplicação nos investimentos, apresentados em orçamento de capital a ser aprovado em Assembléia Geral.

19.5 Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Os dividendos obrigatórios no encerramento do exercício foram calculados como se segue:

	<u>2005</u>
Lucro líquido do exercício	72.058
Absorção de prejuízos	(1.663)
Ajuste exercícios anteriores	(1.318)
Reserva legal	(3.454)
Lucro líquido ajustado	<u>65.623</u>
Dividendos obrigatórios (25%)	16.406
Ações ordinárias (R\$0,0220105 por ação)	13.644
Ações preferenciais (R\$0,024809 por ação)	<u>2.762</u>

20 Fornecimento de energia elétrica

	Não auditado					
	Número de consumidores		MWh		R\$	
	2005	2004	2005	2004	2005	2004
Residencial	745.837	731.498	775.170	743.241	278.349	225.234
Industrial	4.466	4.439	481.449	672.251	113.518	118.773
Comercial	62.055	60.002	370.360	342.687	132.207	101.081
Rural	59.219	55.060	168.084	126.055	25.114	17.406
Poder público:						
Federal	473	452	32.216	29.005	20.094	15.366
Estadual	2.473	2.371	43.906	39.527	15.943	12.192
Municipal	9.147	8.769	55.302	49.787	10.581	8.089
Iluminação pública	398	389	138.800	146.204	28.333	24.843
Serviço público	650	708	157.997	142.124	37.359	28.411
Consumo próprio	113	104	3.349	3.242	-	-
Subtotal	884.831	863.792	2.226.633	2.294.123	661.498	551.395
Fornecimento não faturado (líquido)			3.580	3.581	5.799	1.943
Suprimento de energia elétrica	3	3	101.221	98.477	2.469	5.201
Diferença Reajuste Tarifário	-	-	-	-	7.980	-
Disponib. do sist, de transm. e de distribuições	-	-	-	-	25.408	4.289
Outros serviços taxados	-	-	-	-	7.918	8.796
Total	884.834	863.795	2.331.434	2.396.181	711.072	571.624

21 Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício, possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

Natureza do gasto	Custo dos Serviços			Despesas operacionais		Total	
	Com Energia	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administrativas	2005	2004
Energia elétrica comprada para revenda	184.989	-	-	-	-	184.989	181.401
Encargo de uso-sist. de trans. e distrib.	37.991	-	-	-	-	37.991	40.326
Pessoal e administradores	-	13.897	14	19.458	6.511	39.880	37.255
Entidade de previdência privada	-	1.308	-	1.831	3.903	7.042	4.275
Material	-	3.227	1.489	2.229	318	7.263	6.424
Serviços de terceiro	-	11.807	1.076	9.738	9.683	32.304	26.118
Depreciação e amortização	-	18.793	-	347	3.346	22.486	18.653
Provisão p/créd. liquidação duvidosa	-	-	-	(19.867)	-	(19.867)	10.876
Provisões para contingências	-	(12.309)	-	-	1.416	(10.893)	5.598
Conta de desenv.energético – CDE	-	5.096	-	-	-	5.096	1.992
Quota de CCC	-	27.925	-	-	-	27.925	23.408
Outras	-	6.313	61	1.174	6.012	13.560	12.613
Total	222.980	76.057	2.640	14.910	31.189	347.776	365.582

22 Remuneração dos Administradores.

No exercício a remuneração dos administradores monta em R\$2.111 (R\$1.742 em 2004).

23 Provisões para Contingências

A Administração da SAELPA, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para contingências de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

Contingência	2005			2004		
	Valor da Provisão		Depósitos Judiciais	Valor da Provisão		Depósitos Judiciais
	No exercício	Acumulada		No exercício	Acumulada	
Longo prazo:						
Trabalhista	(11.104)	25.806	38.014	4.806	36.910	29.327
Cíveis	4.371	33.178	6.317	1.769	28.807	4.873
Fiscais	(1.079)	14.835	-	943	15.914	-
	(7.812)	73.819	44.331	7.518	81.631	34.200

No exercício de 2005, do montante de reversão de provisão de R\$7.812, R\$3.081 está contabilizado em "Outras despesas financeiras" e R\$10.893 em "Reversão de provisão para contingências".

Em 2004, do montante de R\$7.518 de acréscimo de provisão, R\$1.920 está contabilizado em "Outras despesas financeiras" e R\$5.598 em "Provisão para contingências".

. Contingências trabalhistas

Durante o exercício de 2005, foi efetuada análise específica dos processos trabalhistas em andamento por assessoria jurídica e, em consequência disso, constatou-se que a provisão constituída anteriormente encontrava-se em valores superiores para cobrir as prováveis perdas. Desta forma a Companhia registrou reversão de provisão da ordem de R\$11.104.

A maioria dessas ações tem por objeto pedidos de horas extras, equiparação salarial, FGTS e verbas contratuais/legais.

. Cíveis

Nos processos cíveis discute-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos à SAELPA resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor do diferencial pago à época.

. Fiscais

Refere-se basicamente a provisão de COFINS, sendo certo que, além desse tributo, as contingências fiscais da SAELPA envolvem discussões relacionadas, basicamente, a PIS/PASEP, ISS, ICMS e CSLL. Os referidos processos se encontram com a exigibilidade de seus créditos suspensa, seja por estar em trâmite os processos

administrativos, seja porque se encontram devidamente garantidas as execuções fiscais em andamento.

A administração da Companhia, entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de nossos consultores jurídicos, foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de êxito foi estimada como remota para a SAELPA.

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante total de R\$13.334 (R\$9.639 em 2004), cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível e, conseqüentemente não requer a constituição de provisão nas demonstrações financeiras.

ICMS de subvenções de baixa renda

O convênio Confaz 79/04, publicado no DOU de 30 de setembro de 2004, autoriza ao Estado da Paraíba, entre outros, a dispensar de multas e juros relativos ao ICMS sobre a subvenção econômica concedida aos consumidores enquadrados na subclasse residencial baixa renda do período de 31 de agosto de 2004. Baseado na opinião de seus consultores jurídicos, que classificam a causa como êxito possível, a Administração não constituiu provisão sobre essa contingência. Há que se ressaltar, que por prudência, a SAELPA passou a incidir o ICMS sobre a subvenção econômica dos consumidores baixa renda a partir do faturamento de dezembro de 2004. A Administração vem mantendo contato com o Governo Estadual visando a desobrigação do recolhimento do ICMS do período retroativo. Adicionalmente, o Secretário da Fazenda do Estado da Paraíba, pleiteou junto ao CONFAZ isenção de ICMS sobre a subvenção concedida aos consumidores de baixa renda. O valor do ICMS do período de maio de 2002 a novembro de 2004 monta em R\$11.885.

24 Cobertura de seguros

A política de seguros da SAELPA baseia-se na contratação de seguros com coberturas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

Ramos	2005		
	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual
Incêndio, Raio, Explosão, Danos Elétricos, Vendaval, Furacão, Fumaça, Tumulto, Riscos Diversos e Equipamentos Móveis	23/10/2006	16.100	113
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2006	15.040	209
Automóveis - Danos Materiais e Corporais a Terceiros	23/10/2006	até R\$200 mil/veículo	77
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais	1/12/2006	35.346	137

25 Arrendamento mercantil

A SAELPA é arrendatária de veículos, com opção de compra, mediante contratos de arrendamento mercantil cujo saldo em 31 de dezembro de 2005 monta em R\$2.721, com taxas de juros de CDI + 6,4% a.a.

As prestações dos contratos vencem entre janeiro de 2006 e julho de 2009 e vêm sendo registradas no resultado pelo regime de competência.

No exercício de 2005, essas despesas montaram a R\$558.

26 Instrumentos financeiros

a - Considerações gerais

A utilização de instrumentos e de operações com derivativos envolvendo indexadores tem por objetivo tornar as operações de crédito menos onerosas e a proteção do resultado das operações ativas e passivas da Companhia.

A administração avalia que os riscos não são relevantes, pois não existe concentração de parte contrária, e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez dentro de limites aprovados. Adicionalmente, a Companhia monitora regularmente as operações envolvendo derivativos, com vistas a otimizar os resultados.

b - Valor de mercados dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis referentes às operações com empresas do grupo constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados a projeto de eletrificação, obtidos em moeda nacional, junto a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, estão compatíveis com o valor de tais operações, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro. A Companhia não têm financiamentos em moeda estrangeira vinculados aos seus projetos de eletrificação. Os demais valores

contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, encontram-se registrados nas contas patrimoniais por valores compatíveis com os valores de mercado.

c - Fatores de risco

Crédito

Possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores, cortando o fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é mínimo devido à grande pulverização da carteira.

Moeda estrangeira

Possibilidade de perdas por conta de aumento nas taxas de câmbio, que aumentem o saldo de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado.

Taxas de Juros

No exercício de 2005, a Companhia, visando assegurar que oscilações não afetem seus resultados e fluxo de caixa, possui operações de duplo indexador, que reflete "swap" cambial no valor nominal total contratado de 7,0 milhões de dólares, com encargos equivalentes a variação cambial menos juros de até 7% a.a. ou 90% do CDI, o que for maior. O Referido "swap" possui ponta ativa equivalente à variação do CDI, acrescido de "spread" de até 3,5% a.a. No exercício findo em 31 de dezembro de 2005 foi apurado um resultado negativo nas operações de "swap" cambial no montante de R\$628, contabilizado no resultado financeiro.

27 Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

A SAELPA é patrocinadora de plano de benefício previdenciário aos seus empregados, na modalidade de benefício definido. O plano de benefício definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamentos atuais e futuros.

A seguir, apresenta-se a característica do plano de benefício:

Empresa	Plano Beneficiário	Contribuição Anual		% s/folha de pagamento	Déficit Atuarial(*)	
		2005	2004		2005	2004
SAELPA	Funasa	3.838	4.279	13,80	30.630	27.426

(*) R\$6.582 (R\$7.042 em 2004) foram contabilizados no passivo circulante e R\$24.048 (R\$20.384 em 2004) no exigível a longo prazo.

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela SPC – Secretaria de Previdência Complementar, são determinadas por atuário externo, contratado pela Funasa, o qual emitiu parecer datado 13 de março de 2006, sem apresentar nenhum comentário que representasse qualquer risco adicional ou ressalva aos procedimentos adotados pela administração da Fundação.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria, em 31 de dezembro de 2005 e 2004, de acordo com as regras estabelecidas pela NPC-26 do IBRACON, aprovada pela Deliberação 371/00 da CVM. O Método da Unidade de Crédito Projetada foi utilizado para apuração da obrigação atuarial:

	Funasa	
	2005	2004
Valor presente das obrigações atuariais	(105.747)	(98.354)
Valor justo dos ativos do plano	55.924	47.966
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(49.823)	(50.388)
Perdas atuariais não reconhecidas	19.193	22.962
Passivo líquido	<u>(30.630)</u>	<u>(27.426)</u>

Demonstração das despesas para o exercício de 2006, segundo critérios da Deliberação 371 da CVM:

Custo do serviço corrente	1.611
Custo dos juros	11.153
Rendimento esperado do ativo do plano	(5.893)
Perdas atuariais não reconhecidas	259
Contribuições dos empregados	<u>(548)</u>
Despesas previstas para 2006	<u>6.582</u>

Demonstração da movimentação do passivo atuarial líquido do exercício:

Passivo atuarial líquido no início do exercício	27.426
Despesas correntes	7.042
Contribuições da Companhia	<u>(3.838)</u>
Passivo atuarial líquido do final do exercício	<u>30.630</u>

Em 31 de dezembro de 2005 a demonstração do valor justo dos ativos é apresentada como segue:

Valor justo dos ativos no início do exercício	47.966
Benefícios pagos	(8.468)
Contribuições de participantes vertidas no ano	854
Contribuições da patrocinadora vertidas no ano	3.838
Rendimento efetivo dos ativos	11.734
Valor justo dos ativos	<u>55.924</u>

Demonstração do valor presente das obrigações:

Saldo no início do exercício	98.354
Benefícios pagos no caixa	(8.468)
Juros sobre obrigação atuarial	10.378
Custo do serviço corrente (com juros)	1.554
Ganhos nas obrigações atuariais	3.928
Saldo no final do exercício	<u>105.746</u>

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

Hipóteses Econômicas

	<u>SAELPA</u>
Taxa de desconto atuarial	6% a.a.
Taxa de rendimento esperado dos ativos	11% a.a.
Reajuste do benefício	0% a.a.
Crescimento salarial	0,5% a.a.
Inflação projetada	5% a.a.

Hipóteses Demográficas

	<u>SAELPA</u>
Tábua de mortalidade	UP-84
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPC
Tábua de entrada em invalidez	IAPB-57

A seguir apresentamos um resumo dos dados que foram utilizados para a avaliação atuarial dos planos de benefícios oferecidos pela SAELPA aos seus empregados:

Descrição	SAELPA
Participantes Ativos	
Número	566
Idade Média	43.44
Tempo de participação (anos)	19.34
Salário de Participação Médio	R\$1.732
Participantes Assistidos	
Número	480
Idade Média	64,56
Benefício Médio Mensal	R\$1.206
Pensionistas	
Número de Pensionistas	175
Benefício Médio por Grupo Familiar	R\$498

Adicionalmente, conforme divulgado na nota explicativa nº 17, a patrocinadora tem contrato firmado com a Funasa relacionado a financiamentos junto a este plano.

28 Resultado não operacional

	2005	2004
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	4.941	2.504
Prejuízo na desativação/alienação de bens e direitos	(473)	(1.696)
Outras receitas (despesas) não operacionais	127	(202)
Total	4.595	606

29 Contrato de concessão de distribuição

Em 15 de janeiro de 2001, foi outorgado à SAELPA a distribuição de energia elétrica em 216 municípios no Estado da Paraíba, pelo prazo de 30 anos. O contrato de concessão já foi homologado junto à ANEEL.

30 Resultado por atividade

A ANEEL através do Ofício Circular nº 2.306 – SFF/ANEEL, de 24/12/2004, dispensou a publicação de forma segregada das atividades de distribuição e comercialização, em face da ausência de definição da tarifa de transferência de receita da atividade de comercialização para a atividade de distribuição.

A SAELPA somente exerce as atividades de distribuição e comercialização de energia elétrica. Dessa forma a demonstração do resultado atende ao Ofício Circular nº 838/2000 da ANEEL.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Acionistas e Administradores da
Saelpa – Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba
João Pessoa – PB

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Saelpa – Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba, levantados em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Saelpa – Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Em 31 de dezembro de 2005, a Companhia apresenta um endividamento de curto e longo prazo, apresentado nas rubricas “encargos de dívidas” e “empréstimos e financiamentos” no montante de R\$ 283.377 mil (R\$157.681 mil em 2004), que tem contribuído para impactar negativamente o resultado das operações da Companhia nos últimos exercícios. Conforme detalhado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, prosseguindo com o programa de reestruturação de dívidas, a Companhia, juntamente com as demais empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina, realizaram neste ano captações de recursos exigíveis a longo prazo através da distribuição pública de 700 cotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Sistema Cataguazes-Leopoldina FIDC), no valor total de R\$210.000 mil e firmaram contrato de financiamento no montante de R\$130.000 mil, mediante Cédula de Crédito Bancário – CCB. Na avaliação da Administração, essas transações associadas à existência de projeções internas de resultados positivos serão suficientes para adequar a liquidez à manutenção das operações da Companhia, bem como reduzir progressivamente o referido endividamento e respectivos encargos financeiros.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2006

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/S-PB

Iara Pasian
Contadora
CRC nº 1 SP 121517-3/S-PB